

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.508.110 - SC (2019/0145054-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **MALZI NORBERTO DA SILVA**  
**ADVOGADOS** : **HEROLDES BAHR NETO - PR023432**  
 : **FABIANO NEVES MACIEYWSKI - PR029043**  
 : **SAULO BONAT DE MELLO - SC017615**  
**AGRAVADO** : **CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A**  
**ADVOGADOS** : **LYCURGO LEITE NETO - DF001530A**  
 : **MARIANA TANCREDO MUSSI - SC017974**  
 : **ALYSSON ROCHA - SC053660**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação das Súmulas n. 7 do STJ e 282, 283 e 284 do STF (e-STJ fls. 701/705).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo do agravante, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 527/528):

**PROCESSUAL CIVIL - SUSPENSÃO DOS AUTOS - DESNECESSIDADE - PREJUDICIAL EXTERNA NÃO CARACTERIZADA**

A ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal com o escopo de proteger direito coletivo e transindividual, não consitui prejudicial externa determinante da suspensão do presente processo individual, que analisa a responsabilidade civil sob a ótica da teoria do risco criado, bem como as peculiaridades inerentes a cada ofendido e os prejuízos efetivamente comprovados, passando ao largo da discussão atinente à ocorrência ou não de dano ambiental.

**MULTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DO CARÁTER PROCRASTINADOR DO RECURSO - AFASTAMENTO**

Não restando comprovado nos autos o caráter protetatório dos embargos declaratórios opostos, impõe-se o afastamento da multa aplicada.

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - VAZAMENTO DE ÓLEO DOS TRANSFORMADORES DA SUBESTAÇÃO DA CELESC - DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES - ADIMPLEMENTO ADMINISTRATIVO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS PREJUÍZOS EXCEDENTES**

1 A inexistência de documento indispensável à propositura da ação que evidencie concretamente os prejuízos sofridos pelo autor impõe a improcedência do pedido de indenização a título de danos materiais, mormente porque já adimplida pela demandada administrativamente.

2 A prova testemunhal, ademais, em casos semelhantes, somente seria admissível se houvesse início de prova documental, pois inviável a produção exclusiva de prova testemunhal para evidenciar ou mensurar os danos materiais sofridos, sobretudo em se tratando de lucros cessantes.

**DANOS MORAIS - CABIMENTO - REDUÇÃO DO QUANTUM**

1 O Superior Tribunal de Justiça já sufragou o entendimento de que o desassossego intenso de pescador profissional artesanal, o que inclui os maricultores produtores ou extrativistas, causado pela privação das condições de trabalho, em consequência de dano ambiental, justifica a indenização por dano moral (REsp n. 1.114.398, Min. Sidnei Beneti).

2 No caso dos autos, como a angústia pelo receio de privação do meio de subsistência decorreu não propriamente da toxicidade do material despejado no mar, mas sim do

embargo preventivo determinado pelas autoridades administrativas, aliada à ausência de consequências mais graves ou imprevisíveis, o correspondente valor compensatório deve obedecer rigorosamente aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

**RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL - MULTA - IMPOSIÇÃO DE OFÍCIO**

A pena processual deve ser aplicada quando a parte, em afronta ao princípio da cooperação expresso na Lei Instrumental Civil (art. 6º), omite fatos e cobra judicialmente o que já lhe foi adimplido, evidenciando a ausência de lealdade e boa-fé, que constituem os deveres das partes e dos procuradores.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 561/572).

No recurso especial (e-STJ fls. 574/590), com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente apontou negativa de vigência dos arts. 104 do CDC e 21 da Lei n. 7.347/1985, sustentando, em síntese, a necessidade de suspensão das ações individuais.

Alegou também afronta aos arts. 43, 59 e 976 do CPC/2015, pretendendo a anulação do acórdão recorrido por impossibilidade de modificação de competência jurisdicional por "conexão imprópria".

Sustentou ofensa aos arts. 927 do CC/2002 e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981, argumentando que o recorrido deveria reparar os danos decorrentes do vazamento de óleo.

Suscitou violação dos arts. 79 e 80 do CPC/2015, afirmando ausência de litigância de má-fé.

Ofereceram-se contrarrazões (e-STJ fls. 690/699).

No agravo (e-STJ fls. 707/717), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 720/726).

É o relatório.

Decido.

A tese apresentada pelo recorrente quanto à impossibilidade de modificação da competência jurisdicional por "conexão imprópria" não foi tratada na origem, carecendo assim de prequestionamento e sofrendo, por conseguinte, o empecilho das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

O Tribunal de origem enfrentou a questão de inexistência de danos emergentes e lucros cessantes nestes termos (e-STJ fls. 534/536):

**4.1** Independentemente da toxicidade do óleo que contaminou o mar, inegável ter sido este o fato ensejador do embargo administrativo preventivo que culminou na paralisação das atividades profissionais do autor.

A permuta do imóvel onde está localizada a Subestação Didática da Celesc, denominada Centro de Formação e Aperfeiçoamento - CeFA, com o Estado de Santa e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não tem o condão de, por si só, afastar a responsabilidade da demandada.

Primeiro, porque não restou demonstrado que, apesar da alteração de titularidade do imóvel, a requerida não continuou utilizando a subestação de que não mais era responsável pela sua manutenção. Segundo, porque desde que notificada pela UFSC acerca do ocorrido, prontamente tomou as providências pertinentes à contenção do vazamento, declarando, inclusive, ser a responsável pelo dano ambiental no Juízo Federal.

Dessa forma, configurado o nexo causal, pois incontroverso e notório (CPC, art. 374) que o vazamento de óleo da subestação mantida pela Celesc Distribuição S/A deu causa ao embargo das atividades profissionais do requerente.

**4.2** Configurada a responsabilidade da requerida e o dever de indenizar os danos sofridos pelo demandante, deve ser quantificada a verba para este fim.

**4.2.1** Apesar de não ter referido pelo autor na petição inicial, a Celesc Distribuição S/A demonstrou ter pago ao requerente a indenização pelos danos materiais. Nesse peculiar, extrai-se da precisa anotação nos fundamentos da sentença:

[...]

O autor não comprovou e nem sequer alegou as razões pelas quais a sobredita indenização adimplida administrativamente pela ré não teria compensado integralmente os danos materiais por ele sofridos.

Ademais, a demonstração dos danos patrimoniais deveria ser objeto de prova documental, porquanto configuraria documento indispensável à propositura da ação e, por essa razão, deveria ter acompanhado a petição inicial (CPC, art. 320, CPC/73, art. 283).

Não há como conceber, por fim, a prova exclusivamente testemunhal para fins de comprovação dos danos materiais com o intuito de fundamentar o pedido indenizatório ora analisado.

Assim, como comprovado o pagamento dos danos emergentes e dos lucros cessantes ao requerente, nega-se provimento ao apelo dele e mantém-se a sentença que julgou improcedente o pedido de indenização a título de danos materiais.

A ausência de prova do prejuízo e a afirmação de que existiu o adimplemento administrativo da obrigação foram elementos centrais na fundamentação dos autos para o deslinde do caso examinado em minúcia pelo Tribunal de origem.

No presente caso, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

No que diz respeito à multa por litigância de má-fé, a revisão desse entendimento exige reexame do conjunto fático-probatório, vedado em recurso especial, por força da Súmula n. 7 do STJ.

Por fim, quanto à necessidade de suspensão das ações individuais, é de se destacar o pronunciamento do Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 532/533):

**2** Inicialmente, não há supedâneo para suspensão do processo enquanto pendente o julgamento da Ação Civil Pública n. 5001151-41.2013.404.7200/SC, que versaria sobre os mesmos fatos e danos, porquanto não caracterizada a prejudicial externa que eventualmente poderia ser determinante da suspensão do presente processo individual. A exata dimensão do alcance do objeto da sobredita demanda é abordada no tópico subsequente, em que restou demonstrada a independência dos termos enfrentados na ação coletiva.

Naquela lide, o Ministério Público Federal tem o escopo de proteger o direito coletivo e transindividual; nesta é analisada a responsabilidade da Celesc S/A sob a ótica da teoria do risco criado e com base nas peculiaridades inerentes a cada indivíduo e nas correspondentes provas produzidas nestes autos, passando ao largo da discussão atinente à ocorrência ou não de dano ambiental.

Como se extrai da citação acima, o Tribunal de origem asseverou que não cabe

# *Superior Tribunal de Justiça*

a suspensão da presente demanda em virtude da ação coletiva, porque está evidenciada a independência entre elas, sendo que a demanda coletiva visa proteger direito difuso em prol de toda a coletividade, enquanto, neste processo individual, o objeto é a responsabilidade civil da recorrida sob a ótica da teoria do risco criado, tendo por pressuposto um dano individual a ser demonstrado pela parte recorrente, passando ao largo da discussão atinente à ocorrência ou não de dano ambiental.

Diante desse cenário, verifica-se que os ora agravantes não cuidaram de impugnar fundamento suficiente para manutenção do acórdão recorrido.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor da Súmula n. 283 do STF.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo. Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, **MAJORO** os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator